

## ➡ ATOS DA CORREGEDORIA-GERAL

### RECOMENDAÇÃO Nº 001/2026 - CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

Dispõe sobre a necessidade de comunicação prévia ao(a) Defensor(a) Natural responsável pela propositura da ação, antes da tomada de ciência e/ou prática de atos finais em processos em fase de conclusão, para fins de avaliação de interesse recursal.

**A CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições institucionais, especialmente as relacionadas à orientação e uniformização de boas práticas funcionais,

**CONSIDERANDO** que a atuação defensorial deve observar os princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional, com coordenação institucional e cooperação interna entre membros;

**CONSIDERANDO** que a fase final dos processos (sentença, decisões interlocutórias com potencial de encerramento, homologações, extinções e arquivamentos) demanda cuidado redobrado quanto à análise da conveniência e necessidade de interposição de recurso;

**CONSIDERANDO** que o(a) Defensor(a) que realizou a análise inicial do caso e subscreveu a petição inicial detém conhecimento técnico e estratégico relevante sobre a construção da tese e sobre os objetivos jurídicos pactuados com o(a) assistido(a);

**CONSIDERANDO** que a tomada de ciência, isoladamente, pode gerar preclusão ou dificultar a organização da estratégia recursal, especialmente quando há redistribuição interna, atuação conjunta ou substituições;

**CONSIDERANDO** a necessidade de fortalecer a segurança institucional, prevenindo falhas procedimentais e garantindo maior qualidade de prestação do serviço público de assistência jurídica;

**RECOMENDA** aos(às) Defensores(as) Públicos(as) com atuação em feitos em fase de conclusão, julgamento ou finalização que:

#### Art. 1º

Antes de tomar ciência de sentença, decisão terminativa, decisão com potencial de encerramento do processo, homologação, extinção ou qualquer ato judicial de natureza finalística, o(a) Defensor(a) que estiver com atribuição/atuação no feito deverá comunicar previamente o(a) Defensor(a) Público(a) que ingressou com a petição inicial, para que este(a) possa avaliar, manifestar-se e indicar, se for o caso, o interesse recursal.

#### Art. 2º

A comunicação prevista no art. 1º deverá ser realizada, preferencialmente, por meio institucional e célere, podendo ocorrer por:

I – mensagem em canal oficial interno (e-mail institucional, sistema interno ou outro meio definido pela Administração);

II – registro objetivo em despacho interno no sistema de processo eletrônico, quando aplicável;

III – contato direto, quando necessário, com posterior registro mínimo da providência.

**Art. 3º**

Na hipótese de impossibilidade de localização do(a) Defensor(a) que subscreveu a inicial, ou em casos de urgência manifesta, o(a) Defensor(a) responsável pela atuação atual poderá tomar ciência e praticar o ato, justificando de forma sucinta a excepcionalidade, com posterior comunicação.

**Art. 4º**

A presente recomendação tem natureza orientativa e preventiva, voltada ao aprimoramento das rotinas internas e à proteção do direito dos(as) assistidos(as), devendo ser observada como boa prática institucional para qualificação da atuação defensorial.

**Art. 5º**

Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

João Pessoa/PB, 20 de janeiro de 2026.

**COROLANO DIAS DE SÁ FILHO**

Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado da Paraíba